



Futuro dos serviços públicos será decidido na luta contra a PEC 32



Na mesma semana em que o presidente Jair Bolsonaro conseguiu votar a admissibilidade da proposta de emenda constitucional (PEC) 32/2020 na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania da Câmara dos Deputados, dois deputados aliados ajudaram a expor o que a 'reforma' administrativa pode representar.

Nas discussões na CCJ, o deputado Carlos Jordy (PSL-RJ) criticou os concursos públicos e a estabilidade ao defender a aprovação da proposta de emenda constitucional. Colega de partido do parlamentar, o deputado estadual Anderson Moraes apresentou projeto à Assembleia Legislativa do Rio de Janeiro propondo extinguir a Uerj, a maior, mais antiga, conceituada e inclusiva universidade pública estadual fluminense. Para 'compensar' os mais de 32 mil estudantes, propôs que o Estado pague vales para migrarem para instituições privadas. O PL foi rejeitado por inépcia.

Os dois casos estão amparados no que diz o próprio governo e ilustram as críticas que os sindicatos fazem à reforma.

Poucos dias antes, ao falar na CCJ, o ministro Paulo Guedes (Economia) também criticou os concursos. Guedes defende a privatização de hospitais e universidades públicas e o fim do Sistema Único de Saúde - disse pretender substituí-los por vales para uso no setor privado.

Alterações

A rejeição à reforma esteve entre as bandeiras que milhares levaram às ruas, em mais de 200 cidades do país, nos atos "Fora Bolsonaro", em 29 de maio.



Futuro dos serviços públicos será decidido na luta contra a PEC 32 |
2

Quatro dias antes, o parecer do deputado Darci de Matos (PSD-SC) havia sido aprovado por 39 votos a 26 na CCJ, com apenas três alterações: a exclusão do item que permitia ao chefe do Executivo criar, fundir ou extinguir fundações e autarquias e os novos princípios para a administração pública, entre eles o da subsidiariedade; e a proibição de ocupantes de carreiras exclusivas de Estado terem outra forma de remuneração.

O mais relevante, porém, foi a ênfase com que admitiu que outras mudanças terão de ser discutidas e negociadas na comissão especial que analisará o mérito da proposta.

Ritmo da tramitação

O resultado da CCJ pode ter agradado ao governo, porém também indica certa dificuldade - não foi possível ao Planalto acionar o 'trator' que marcou a aprovação sumária de outras matérias, como a PEC Emergencial, que congelou os salários dos servidores e teve meteórica passagem por 72 horas na Câmara.

As promessas antecipadas de mudanças no texto, tendo o então relator como porta-voz da mensagem, não sinalizam guinadas na essência da proposta, apontada como enorme passo para a destruição dos serviços públicos. Mas demonstram que o Planalto ainda negocia apoio.

Para aprová-la em Plenário, Bolsonaro precisa de três quintos dos deputados - 308 votos. Na Comissão de Justiça, bastava maioria simples. Caso precisasse, também ali, de maioria qualificada, teria fracassado: faltaria um voto. A 'reforma' da Previdência, aprovada em 2019, passou na CCJ com 48 votos a 18. Na votação da PEC-32, os governistas contaram nove votos a menos.

Disputa segue nas redes e nas ruas



Futuro dos serviços públicos será decidido na luta contra a PEC 32 |

3

Não está descartado que o governo consiga aprovar a reforma, que ainda será apreciada por uma comissão especial antes do Plenário da Câmara e, se aprovada, pelo Senado, mas é possível inferir que a disputa está indefinida. Contribui para isso a crescente impopularidade do governo - segundo o Datafolha, hoje aprovado por apenas 24% dos brasileiros - e o desgaste da CPI da Covid que demonstra que milhares de vidas poderiam ter sido salvas se vacinas tivessem sido compradas quando oferecidas pelos laboratórios.



Foto: Claudio Cammarota








Há ainda o desgaste das supostas intenções do governo - a votação na CCJ, por exemplo, teve constrangedoras críticas à portaria que elevou os salários de Bolsonaro a R\$ 41 mil e o de seu vice, Hamilton Mourão, a R\$ 63 mil - enquanto o discurso oficial advoga falta de recursos para justificar o congelamento salarial dos servidores ou o auxílio emergencial rebaixado a R\$ 150,00.

É explorando essas contradições e intensificando as mobilizações nas redes sociais e, agora, também nas ruas, com todo cuidado sanitário possível, que as campanhas contra a reforma se apoiam para tentar barrar a PEC 32. Servidoras e servidores são convocados a abraçar essa luta, que pode definir quais linhas constitucionais ditarão o futuro dos serviços públicos no Brasil.



Futuro dos serviços públicos será decidido na luta contra a PEC 32 |

4

 <p>Fim do regime jurídico único (RJU) e criação de outras formas de contratação, resultando no progressivo esvaziamento e desvalorização das carreiras atuais.</p>	 <p>Ampliação das formas precárias e discricionárias de ocupação aumentam o espaço para a corrupção e a deterioração das relações de trabalho, incluindo o aumento do assédio moral.</p>
<p>Servidores aposentados atuais vão sofrer mais ataques à paridade salarial.</p>	 <p>Dos cinco tipos de cargos criados, apenas os assim chamados "exclusivos de Estado", que seriam limitados por lei a um número restrito, permanecem com a estabilidade, mesmo assim reduzida.</p>
<p>As FCs e os cargos em comissão são substituídos por "cargos de liderança e assessoramento", cuja ocupação pode ser ampliada para pessoas de fora do quadro, inclusive para postos de chefia.</p>	
 <p>Terceirização será ampliada e serviços poderão ser transferidos para empresas ou organizações privadas, mesmo com a queda da subsidiariedade na CCJ.</p>	 <p>A estabilidade dos atuais servidores também diminui porque a regulamentação da demissão por insuficiência de desempenho será por lei ordinária e não mais complementar, o que é de mais fácil aprovação e controle do governo, com critérios subjetivos.</p>
<p>Contratações por tempo determinado, sem prazo e sem concurso, por "processo seletivo simplificado", poderão ser ampliadas em relação aos demais cargos, e levar a um rodízio de pessoal a cada nova gestão.</p>	
 <p>A PEC não extingue o concurso público, mas ele pode ser burlado ou esvaziado pelas outras formas de contratação precárias e discricionárias criadas.</p>	 <p>Paulo Guedes já defendeu a 'confiança' como critério para a estabilidade.</p>
<p>O concurso passa a ser em duas etapas: provas e avaliação no exercício da função, acabando com a impessoalidade (candidatos podem ser submetidos a avaliações subjetivas para serem aprovados ou não, e poderão ser avaliados por indicados para cargos de liderança e assessoramento).</p>	

TALVEZ VOCÊ GOSTE TAMBÉM



Futuro dos serviços públicos será decidido na luta contra a PEC 32 |

5



Plenária nacional de emergência nesta 2ª, 20, reforça mobilização contra a 'reforma' administrativa

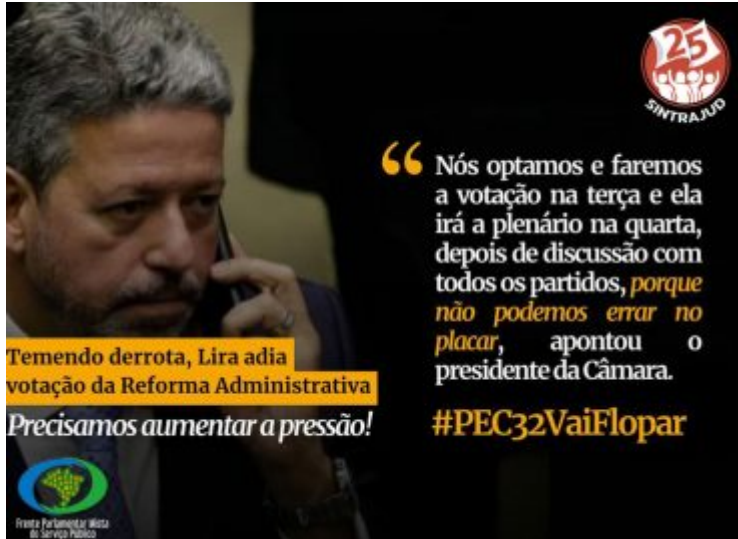


Enquanto Bolsonaro bate recorde de rejeição, luta contra a PEC 32 cresce



Futuro dos serviços públicos será decidido na luta contra a PEC 32 |

6



Pressão nas ruas e nas redes fez a diferença para governo adiar votação da PEC 32